

A CONTABILIDADE NAS EMPRESAS RURAIS PARA A OBTENÇÃO DE CRÉDITO NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Jorge Andre Thomas¹
Tatiane Mara Sulsbach²
Elza Hofer³
Werner Engel⁴

Resumo: O estudo visa demonstrar e analisar a importância da utilização da contabilidade por parte dos produtores rurais, que buscam recursos para novos investimentos em instituições financeiras. Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram questionários, informações sobre políticas de crédito, disponibilizadas por uma instituição financeira, e pesquisas bibliográficas inerentes ao assunto. Para atingir os objetivos propostos, foi realizado um estudo exploratório e descritivo, com pesquisas bibliográficas acerca dos conceitos contábeis, os dados coletados por meio de questionários, direcionado aos produtores rurais associados a uma cooperativa de crédito do município de Marechal Cândido Rondon – PR e o outro focado especificamente nos integrantes dos comitês de crédito desta instituição financeira, que analisa as solicitações de financiamento. Os questionários foram aplicados a cento e oito produtores, no período de julho a setembro de 2007, o que corresponde a uma amostra de 26,21% do total da população. Constatou-se que a contabilidade é pouco utilizada pelos produtores rurais entrevistados, os quais a utilizam somente para fins tributários, justificando a mesma não ser necessária, tendo em vista que as propriedades são pequenas e a

1 Bacharel em Ciências Contábeis - UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon – PR – aluno do curso de Pós-Graduação em Controladoria e Gestão de Negócios - UNIOESTE, Cascavel – PR.

2 Bacharel em Ciências Contábeis - UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon – PR - Funcionária da Agrícola Horizonte.

³ Mestre em Controladoria e Contabilidade Estratégica pela FECAP – SP, aluna do programa de Pós-graduação em Administração da PUC- PR, nível doutorado, professora e pesquisadora da Universidade Estadual do Paraná - UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon - PR– curso de Ciências Contábeis. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Interinstitucional em Contabilidade e Controladoria – GEPICC. elza_hofer@uol.com.br; e hofer@unioeste.br

⁴ Professor e pesquisador da Universidade Estadual do Oeste do Paraná UNIOESTE campus de Marechal Cândido Rondon -Pr. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas Interinstitucional em Contabilidade e Controladoria – GEPICC. werner-engel@hotmail.com.

sua utilização se tornaria um custo a mais, sem retorno considerável. Concluiu-se que produtores usuários da contabilidade obtiveram benefícios, tendo em vista que esta possibilitou um melhor planejamento das atividades, com informações precisas para a tomada de decisão e até mesmo uma redução dos custos das atividades, visto que as informações se tornaram mais claras e objetivas.

Palavras-chave: Contabilidade; Financiamentos; Produtores rurais

Abstract: This study aims to show and analyze the importance of the accountancy usage by the farm producers that want sources for new investments on financial institutions. The used tools for data collection were questionnaires, information about credit policies, disposable by financial institution, and bibliographical research inherent to the subject. To achieve the proposed goals, it was done a descriptive and exploratory study; with bibliographical research surrounded by the accountant concepts. The collected data through questionnaires, focused to the farm producers associated to a credit cooperative from Marechal Cândido Rondon – PR and the other focused specifically over the integrants of the credit committees from this financial institution that analyses the financing requests. The questionnaires were applied to a hundred and eight producers, from July to September in 2007, what corresponds to a sample of 26,21% of the total of the population. It has been verified that the accountancy is not used a lot by the interviewed farm producers, which use it only for tributary ends justifying that this one not being necessary, due the fact of the properties being small and its application would increase costs, and not giving a considerable profit. It is concluded that the accountancy users have gotten benefits, considering that it has allowed a better activities planning, with accurate information for a decision making and even so for a decrease on the activities costs, even that such information has become clearer and objectively.

Keywords: Accountancy; Financing; Farm producers.

1 INTRODUÇÃO

A atividade agropecuária é de suma importância para o desenvolvimento econômico mundial, pois emprega uma significativa quantidade de mão-de-obra, possibilitando a muitas famílias a manutenção do seu próprio negócio, propiciando condições de permanência dos jovens no campo e garantindo a sustentabilidade da economia local.

O Brasil, por ser um país com grande extensão territorial e condições climáticas favoráveis, possibilita à agropecuária um desenvolvimento com êxito. Predominam as pequenas propriedades, onde a mão-de-obra empregada é a familiar.

O Estado do Paraná é considerado um dos maiores produtores de grãos do Brasil – tais como a soja, o milho e o trigo –, como também de produtos pecuários, tais quais: leite, aves e suínos criados em um sistema de parceria com empresas integradoras. Os produtores rurais cada vez mais vêm enfrentando dificuldades para se manterem no campo. As principais delas encontram-se relacionadas aos avanços tecnológicos, à globalização da economia e às constantes oscilações dos preços dos produtos agropecuários. Tais fatores são influenciados por aspectos de ordem econômica – como o câmbio e a lei da oferta e da procura – e fatores ambientais, como as estiagens que ocorreram na região nos últimos dois anos.

Considera-se significativa a identificação e avaliação dos aspectos que envolvem o controle e conhecimento dos produtores rurais sobre o seu negócio, principalmente quando da decisão por se obter algum tipo de financiamento de uma instituição financeira. Para isso, os produtores precisam conhecer sua situação econômica e financeira e saber analisar a viabilidade de um novo investimento. Devem também tomar conhecimento de sua capacidade de pagamento perante o compromisso que pretendem assumir. Dessa forma, verifica-se a necessidade de que a contabilidade seja integrada ao cotidiano das empresas rurais, possibilitando que decisões acerca de novos investimentos sejam baseadas em dados reais.

Diante do exposto busca-se responder a seguinte questão-chave: os produtores rurais utilizam a contabilidade para avaliar sua capacidade de pagamento e viabilidade econômica de seus empreendimentos no momento da obtenção dos créditos junto às instituições financeiras? A esse respeito, questiona-se se os produtores rurais conhecem as práticas contábeis; quais os benefícios proporcionados às empresas rurais que adotam a contabilidade; quais os controles utilizados para avaliar a viabilidade econômica de um empreendimento e se os produtores rurais conhecem as linhas de crédito disponibilizadas pelas instituições financeiras ao setor.

Objetiva-se, com o estudo, analisar a importância da utilização da contabilidade por parte dos produtores rurais, que buscam recursos para novos investimentos em instituições financeiras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A contabilidade abrange o estudo e o controle do patrimônio das organizações. Registra todos os fatos relacionados com a formação, movimentação e variações do patrimônio, fornecendo informações para os administradores, proprietários e terceiros sobre como a organização está desenvolvendo as suas atividades para alcançar os seus fins. Avalia como está a situação econômica e financeira num sentido estático.

Marion (2003, p. 24) complementa o raciocínio, afirmando que “a contabilidade é a linguagem dos negócios. Mede os resultados das empresas, avalia o desempenho dos negócios, dando diretrizes para a tomada de decisões”.

A contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. É nela que encontramos todas as movimentações possíveis de mensuração resumidas em forma de relatórios para serem utilizadas pelos administradores na tomada de decisões. A contabilidade deve ser entendida como um sistema de informações destinado tanto a usuários internos quanto a usuários externos.

Para direcionar a finalidade dos relatórios e informações que a contabilidade produz, a mesma se ramifica em diversas áreas, as quais possuem objetivos específicos, tais como a contabilidade de custos, gerencial e rural.

Martins (2003, p. 21-22) afirma:

A Contabilidade de Custos tem duas funções relevantes: o auxílio ao Controle e a ajuda às tomadas de decisões. No que diz respeito ao Controle, sua mais importante missão é fornecer dados para o estabelecimento de padrões, orçamentos e outras formas de previsão e, num estágio imediatamente seguinte, acompanhar o efetivamente acontecido para comparação com os valores anteriormente definidos. No que tange à Decisão, seu papel reveste-se de suma importância, pois consiste na alimentação de informações sobre valores relevantes que dizem respeito às conseqüências de curto e longo prazo sobre medidas de introdução ou corte de produtos, administração de preços de venda, opção de compra ou produção etc.

De acordo com o exposto, verifica-se que qualquer atividade que manipule valores está sujeita ao controle de custos. Desde o pequeno agricultor até o microempresário e a grande empresa necessitam desta prática.

A contabilidade de custos é uma fonte de informação valiosa nas atividades das propriedades rurais, pois conhecer o custo da produção e o preço de venda é vital para avaliar a viabilidade econômica do produto. É direcionada à administração e ao cálculo dos custos das atividades nas empresas de setores como a indústria, comércio, prestação de serviços, atividade rural, entre outros.

Iudícibus (1995, p. 21) afirma que “a contabilidade gerencial, num sentido mais profundo, está voltada única e exclusivamente para a administração da empresa, procurando suprir informações que se ‘encaixem’ de maneira válida e efetiva no modelo decisório do administrador”.

A contabilidade gerencial está voltada para a tomada de decisões, ou seja, procura suprir os usuários de informações precisas e objetivas acerca dos propósitos da empresa. Para que sejam elaboradas informações objetivas, o gestor deve conhecer amplamente todas as atividades realizadas na propriedade, bem como conhecer a realidade do empreendimento. Uma das maiores dificuldades dos produtores rurais é justamente coletar e armazenar dados consistentes e reais de suas atividades.

A implementação de um controle gerencial nas propriedades agrícolas é dificultada pela falta de dados consistentes e reais, que devem ser obtidos através de um controle diário das operações, visando o controle de gastos e, também, das receitas provenientes das diversas atividades realizadas na propriedade rural. Considerando que, na maioria das pequenas propriedades desenvolve-se mais de uma atividade, o controle gerencial apresentaria a rentabilidade de cada uma destas, proporcionando ao produtor uma análise mais consistente das atividades e seus

respectivos retornos, com vistas à viabilidade econômica e ao direcionamento de novos investimentos.

A falta de controle do proprietário rural no que concerne à separação de suas despesas particulares das despesas de sua atividade agrícola torna-se um problema constante para o controle das atividades, uma vez que a mistura de pessoa física com pessoa jurídica ou empresa rural acaba distorcendo os resultados das atividades.

Contabilidade rural é a especialidade da contabilidade que se ocupa dos atos e fatos administrativos das propriedades rurais. O seu objetivo é o patrimônio das mesmas.

Para obter maiores lucros e utilizar bem os recursos da propriedade, o produtor rural necessita de ferramentas que lhe auxiliem no alcance dos seus objetivos. A ferramenta ideal é a contabilidade, que beneficia o mesmo com controle de custos e de patrimônio, e se apresenta como uma forte aliada no planejamento das atividades, principalmente quando estas requerem investimentos.

Segundo Crepaldi (1998), a administração rural no Brasil ainda se desenvolve dentro de critérios bastante tradicionais ou com um deficiente padrão de desempenho. Mesmo sendo a contabilidade rural uma ferramenta administrativa essencial, ela é vista como uma técnica complexa em sua execução, com baixo retorno na prática, sendo conhecida, na maioria dos casos, como ferramenta para atender somente exigências fiscais.

Para Crepaldi (1998, p. 75), “a Contabilidade Rural também fornece informações sobre condições de expandir-se, sobre a necessidade de reduzir custos ou despesas, necessidades de buscar recursos etc”.

O autor afirma, ainda, que a finalidade da Contabilidade Rural é orientar as operações realizadas na propriedade, medindo o desempenho de cada atividade individualmente para assim auxiliar na tomada de decisões, como o planejamento de novos investimentos, da produção e das vendas. Através das informações fornecidas pela contabilidade ao produtor, o mesmo pode justificar a liquidez e a capacidade de pagamento da empresa rural junto aos agentes financeiros e outros credores, bem como servir de base para a contratação de seguros, arrendamentos e outros contratos e gerar informações para a declaração do Imposto de Renda.

Uma prática contábil eficiente, aliada ao bom senso do administrador ou proprietário rural, deve permitir um diagnóstico mais realista, expondo os pontos fortes da atividade como um todo. Verifica-se com isso que o sucesso de qualquer empreendimento está subordinado a uma administração eficiente.

As atividades rurais são exercidas de várias formas, tais como o cultivo para a própria sobrevivência, o cultivo de grãos e a exploração da pecuária em escala comercial. Grandes empresas exploram os setores agrícola e pecuário. Estas se denominam agroindústrias. Hoje, a atividade rural é considerada uma empresa, ao mesmo tempo em que os agricultores são vistos como empresários rurais.

De acordo com Valle (1987), pode-se afirmar que, nas pequenas propriedades, prevalece o trabalho familiar, no qual o proprietário administra e faz o trabalho, sendo auxiliado pelos membros da família ou, ocasionalmente, pela admissão de alguns trabalhadores. Já, nas grandes e médias propriedades, o proprietário dirige e administra a propriedade, deixando o trabalho para trabalhadores fixos admitidos.

Segundo Nepomuceno (2004), a atividade rural desenvolveu-se, no Brasil, em níveis e especificações diversificados de tal modo que se vê o grande, o médio e o pequeno produtor com espaços próprios.

Diante deste cenário, fatores como a tecnologia, tamanho da propriedade e mão-de-obra qualificada, não mais permitem que o pequeno produtor possa se mostrar competitivo em certos ramos da atividade rural, como é o caso da soja, trigo, milho e gado de corte. Nestas atividades, o pequeno produtor pode atuar em níveis de subsistência e, em contrapartida, lhe é possibilitado angariar espaços muito maiores nas atividades de suinocultura, piscicultura, horticultura e bovinocultura de leite, atividades estas que estão presentes na região pesquisada, instaladas em pequenas propriedades.

Embora, nos últimos anos, tenha ocorrido, no Brasil, uma grande industrialização, que provocou um aumento da população urbana e uma conseqüente redução da população rural, a atividade rural desempenha um papel de fundamental importância para o desenvolvimento econômico do país, pois produz alimentos de boa qualidade, os quais servem como matérias-primas para as indústrias, que conseqüentemente exportam a produção, trazendo recursos financeiros ao país, possibilitando, assim, condições satisfatórias para a sobrevivência do trabalhador e familiares.

Neste contexto, o crédito rural surgiu no Brasil com uma filosofia própria e diferente das demais linhas de financiamento praticadas pelos agentes financeiros. Sua institucionalização ocorreu com a Lei 4.829, em 05 de novembro de 1965. A partir de então, o setor agropecuário nacional passou a ter à sua disposição verbas destinadas ao custeio e à comercialização dos seus produtos dentro do princípio da oportunidade ditado pela própria atividade.

Segundo Pereira (2007), a produção rural constitui um dos setores de vital importância para o país, uma vez que atende a mais primária das necessidades humanas: a alimentação ou subsistência do corpo humano. Daí o tratamento especial de proteção que as leis asseguram aos produtores rurais. Dentro do contexto do desenvolvimento da produção rural do país, o crédito deve ser utilizado visando o bem-estar do povo, no desenvolvimento adequado da propriedade produtiva, na introdução de melhores métodos de exploração e conservação do solo, na exigência de proteção efetiva ao meio ambiente e no desenvolvimento tecnológico do homem no campo.

O crédito rural vai ao encontro da necessidade dos produtores rurais, uma vez que se encontra inserido num mundo competitivo, no qual o atraso na assimilação de novos métodos de exploração da terra e outros recursos disponíveis nas propriedades podem interferir na produtividade. Nestas condições abordadas, o crédito rural torna-se uma mola propulsora do

crescimento, auxiliando o produtor rural a permanecer no campo de maneira competitiva e lucrativa.

3 METODOLOGIA

Para atingir os objetivos propostos neste artigo, foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre os conceitos contábeis; elaborou-se e aplicou-se um questionário direcionado aos produtores rurais associados a uma cooperativa de crédito do município de Marechal Cândido Rondon – PR e, também, outro questionário direcionado especificamente aos integrantes dos comitês de crédito desta instituição financeira que analisam as solicitações de financiamento.

Quanto ao tipo de pesquisa, a mesma classifica-se em exploratória e descritiva. Segundo Marion, Dias e Traldi (2002), a pesquisa exploratória desenvolve-se quando se tem pouco conhecimento a respeito de determinado assunto e pressupõe apenas uma fase de trabalho de campo e a pesquisa descritiva objetiva descrever as características de determinados fenômenos e correlacionar os fatos sem, no entanto, manipulá-los, o que implica na observação, registro e análise do problema estudado.

Com relação à população abordada no trabalho, a mesma é constituída pelos produtores rurais associados à cooperativa de crédito, que se beneficiaram com alguma modalidade de empréstimo, no ano calendário de 2006, sendo esta população de 412 produtores rurais, todos associados nas unidades de atendimento de Marechal Cândido Rondon – PR. A aplicação do questionário ocorreu de julho a setembro de 2007, sendo aplicado a 108 produtores, que correspondem a uma amostra de 26,21% do total da população.

Segundo Beuren (2004, p. 118), “população ou universo da pesquisa é a totalidade de elementos distintos que possui certa paridade nas características definidas para determinado estudo”. Beuren (2004, p. 118) conceitua que “amostra é uma pequena parte da população ou do universo selecionada em conformidade às regras”.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

De início, apresentam-se dados socioeconômicos do município de Marechal Cândido Rondon – PR. Em seguida, apresenta-se a análise dos resultados obtidos com a aplicação dos questionários aos produtores rurais. Por último, procede-se a análise dos questionários específicos aplicados aos integrantes dos comitês de crédito da instituição financeira pesquisada.

4.1 Dados socioeconômicos

O Oeste do Paraná foi colonizado por famílias oriundas de outros estados, principalmente do Rio Grande do Sul e Santa Catarina que, em sua maioria, eram descendentes de europeus, os quais buscavam no trabalho com a terra o sustento para a família.

Com a utilização de mão-de-obra familiar e com o objetivo de crescimento, os produtores rapidamente tornaram a região, constituída principalmente por pequenas propriedades, uma das mais produtivas do estado. Estas condições favoráveis que o produtor encontrou, fizeram com que o mesmo se aliasse à tecnologia para otimizar ainda mais a produção da região. Este fator levou a uma rápida modernização do local, tornando-o uma referência para o setor agropecuário paranaense.

O município de Marechal Cândido Rondon – PR possui atualmente uma estrutura fundiária composta por 5.560 propriedades ou estabelecimentos rurais, conforme informações descritas no Quadro 1 abaixo.

Quadro 1 – Estrutura fundiária do município de Marechal Cândido Rondon – PR

Área das propriedades (em ha)	Quantidade de estabelecimentos	% Acumulado
Até 05 hectares	1.823	32
De 05 a 10 hectares	1.050	52
De 10 a 20 hectares	1.616	81
De 20 a 50 hectares	1.012	98
De 50 a 100 hectares	45	99
De 100 a 200 hectares	7	99
De 200 a 500 hectares	4	99
Entre 500 a 1.000 hectares	1	100
Total:	5.560 estabelecimentos	

Fonte: Secretaria da Agricultura – Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon – PR

Em função da estrutura fundiária do município ser composta por aproximadamente 98% de pequenas propriedades, a diversificação de culturas é um fator que garante a viabilidade destas, pois gera maior estabilidade e renda para o trabalhador rural. Isto é comprovado diante das adversidades que podem ocorrer, tais como as frustrações de safras, as quais são amenizadas pela renda proveniente das demais atividades desenvolvidas numa mesma propriedade.

4.2 Apresentação e análise dos resultados

Do universo de 412 produtores rurais associados às três unidades de atendimento da cooperativa no município de Marechal Cândido Rondon – PR – que, de acordo com dados obtidos junto à instituição financeira, se beneficiaram com alguma modalidade de crédito rural no ano calendário de 2006 – foram entrevistados 108 produtores, correspondendo a 26,21%. Destes, 90,74% são homens e 9,26% mulheres, como se observa na Tabela 1.

Tabela 1 – Número de associados entrevistados por sexo

COMPOSIÇÃO	QUANTIDADE	%
Masculino	98	90,74
Feminino	10	9,26
TOTAL	108	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

A faixa etária dos entrevistados apresentou os seguintes dados: 22,22% possuem de 18 a 25 anos; 24,07% de 25 a 35 anos; 20,37% de 35 a 45 anos; 15,74% de 45 a 55 anos; 12,96% possuem de 55 a 65 anos e 4,63% têm mais de 65 anos de idade, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Faixa etária dos entrevistados

COMPOSIÇÃO	QUANTIDADE	%
18 a 25 anos	24	22,22
25 a 35 anos	26	24,07
35 a 45 anos	22	20,37
45 a 55 anos	17	15,74
55 a 65 anos	14	12,96
mais de 65 anos	5	4,63
TOTAL	108	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

Na Tabela 3, evidencia-se a escolaridade dos entrevistados: 31,48% não concluíram o primeiro grau e 27,78% o concluíram; 16,67% possuem o 2º grau completo, enquanto que 1,85% dos entrevistados iniciaram o 2º grau e não o concluíram; apenas 7,41% concluíram o 3º grau e 11,11% estão cursando o ensino superior; 3,70% da amostra não se enquadraram em nenhuma das alternativas.

Tabela 3 – Escolaridade dos entrevistados

COMPOSIÇÃO	QUANTIDADE	%
Ensino fundamental incompleto ou equivalente (1º grau)	34	31,48
Ensino fundamental completo ou equivalente (1º grau)	30	27,78
Ensino médio incompleto ou equivalente (2º grau)	2	1,85
Ensino médio completo ou equivalente (2º grau)	18	16,67
Ensino superior incompleto ou equivalente (3º grau)	12	11,11
Ensino superior completo ou equivalente (3º grau)	8	7,41
Outros	4	3,70
TOTAL	108	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

Em relação à origem do patrimônio, 25,93% dos entrevistados teve seu patrimônio oriundo de herança recebida de seus pais; outros 23,15% receberam parte do patrimônio através de herança da família e aumentaram-no com a renda da própria atividade; 11,11% obtiveram a propriedade com herança e, também, com financiamentos e 39,81% dos entrevistados obtiveram o seu atual patrimônio com recursos próprios, conforme estabelecido na Tabela 4 a seguir:

Tabela 4 – Origem do patrimônio

COMPOSIÇÃO	QUANTIDADE	%
Recursos Próprios	43	39,81
Herança	28	25,93
Parte herança e renda da própria atividade	25	23,15
Parte herança e parte financiamento	12	11,11
TOTAL	108	100,00

Fonte: Dados da Pesquisa

A maioria dos produtores entrevistados, 57,41%, disseram que atuam há mais de 20 anos na atividade rural; 11,11% atuam entre 15 e 20 anos; 17,59% disseram atuar de 10 a 15 anos na atividade rural; apenas 2,78% atuam de 05 a 10 anos, enquanto que 11,11% dos produtores atuam entre 01 e 05 anos, conforme registrado na Tabela 5.

Tabela 5 – Tempo de atuação na atividade rural

COMPOSIÇÃO	QUANTIDADE	%
menos de 10 hectares	22	20,37
de 10 a 20 hectares	47	43,52
de 20 a 50 hectares	27	25,00
de 50 a 100 hectares	6	5,56
mais de 100 hectares	6	5,56
TOTAL	108	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

Verificou-se que a maioria das propriedades, 43,52%, possuem área entre 10 e 20 hectares; 20,37% possuem menos de 10 hectares; 25,00% possuem entre 20 e 50 hectares; 5,56% de 50 a 100 hectares e 5,56% possuem mais de 100 hectares, como se observa na Tabela 6.

Tabela 6 – Tamanho das propriedades

COMPOSIÇÃO	QUANTIDADE	%
menos de 10 hectares	22	20,37
de 10 a 20 hectares	47	43,52
de 20 a 50 hectares	27	25,00
de 50 a 100 hectares	6	5,56
mais de 100 hectares	6	5,56
TOTAL	108	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

Constatou-se que as informações da Tabela 6 vêm ao encontro dos dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon, quanto à estrutura fundiária apresentada no Quadro 1.

As principais atividades econômicas desenvolvidas pelos produtores rurais entrevistados são as culturas de milho, soja e leite, sendo que o cultivo do milho é praticado em 87,04% das propriedades, seguido pela cultura de soja, com 77,78%, e o leite em 53,70%. A cultura do trigo aparece em 24,07% das propriedades e a suinocultura em 20,37%. O cultivo de hortaliças é realizado por 1,85% dos produtores rurais; a piscicultura em 3,70%; a avicultura em 11,11% e outras atividades correspondem a 24,07%, conforme Tabela 7.

Tabela 7 – Atividades econômicas desenvolvidas nas propriedades dos entrevistados

COMPOSIÇÃO	QUANTIDADE	%
Milho	94	87,04
Soja	84	77,78
Leite	58	53,70
Trigo	26	24,07
Outras	26	24,07
Suinocultura	22	20,37
Avicultura	12	11,11
Piscicultura	4	3,70
Hortaliças	2	1,85
Fruticultura	0	-
TOTAL	108	

Fonte: Dados da pesquisa

Os dados apresentados comprovam a diversidade das atividades praticadas nas propriedades rurais do município, fato este que gera maior estabilidade e renda aos proprietários. Em relação a renda, constatou-se que a maioria, 65,73% dos produtores entrevistados, apresenta faturamento médio bruto anual inferior a R\$ 50.000,00; 19,44% apresentam faturamento de R\$ 50.000,00 a R\$ 100.000,00; 9,26% de R\$ 100.000,00 a R\$ 150.000,00 e 5,55% faturam

anualmente acima de R\$ 150.000,00. As informações mencionadas podem observadas na Tabela 8.

Tabela 8 – Faturamento médio bruto anual

COMPOSIÇÃO	QUANTIDADE	%
menos de R\$ 3.600,00	0	-
R\$ 3.600,00 a R\$ 6.000,00	4	3,70
R\$ 6.000,00 a R\$ 10.000,00	12	11,11
R\$ 10.000,00 a R\$ 20.000,00	12	11,11
R\$ 20.000,00 a R\$ 50.000,00	43	39,81
R\$ 50.000,00 a R\$ 100.000,00	21	19,44
R\$ 100.000,00 a R\$ 150.000,00	10	9,26
R\$ 150.000,00 a R\$ 200.000,00	2	1,85
R\$ 200.000,00 a R\$ 400.000,00	2	1,85
mais de R\$ 400.000,00	2	1,85
TOTAL	108	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

Outro fato abordado é a questão dos controles utilizados pelos produtores para manterem suas atividades. 51,85% dizem que anotam tudo em um caderno, não se preocupando com a documentação, e sim, com anotações; 24,07% fazem o cálculo somente na memória; 9,26% usam sistema de controle informatizado; 9,26% possuem contador próprio; 3,70% possuem outros tipos de controle e 1,85% faz seus controles em planilhas do Excel.

Tabela 9 – Forma de controle dos gastos de cada atividade na propriedade

COMPOSIÇÃO	QUANTIDADE	%
Anota num caderno	56	51,85
De cabeça	26	24,07
Possui contador próprio	10	9,26
Possui sistema de controle informatizado	10	9,26
Por outro método	4	3,70
Planilha do excel	2	1,85
TOTAL	108	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

Sobre a questão feita em relação ao número de entrevistados que possui assessoria contábil para a gestão das atividades rurais, constatou-se que 81,48% da amostra não possui, enquanto que apenas 12,96% afirmaram possuí-la; outros 5,56% não responderam à questão proposta. Os dados podem ser visualizados na Tabela 10.

Tabela 10 – Propriedades que utilizam assessoria contábil

COMPOSIÇÃO	QUANTIDADE	
Não	88	8
Sim	14	1
Não responderam	6	
TOTAL	108	10

Fonte: Dados da pesquisa

Dos entrevistados que possuem assessoria contábil, 85,71% a recebem através de escritórios e 14,29% possuem assessoria de outra forma. Os dados podem ser verificados na Tabela 11.

Tabela 11 – Forma de assessoria contábil utilizada pelos adeptos

COMPOSIÇÃO	QUANTIDADE
Escritório de contabilidade	12
Outro	2
Contador próprio	0
TOTAL	14

Fonte: Dados da pesquisa

Aos que possuem assessoria, foi questionado quais os benefícios obtidos após a implantação da mesma: 71,43% dos produtores destacaram que a adoção desta prática possibilita um maior controle dos custos de produção; 57,14% ponderam que a assessoria lhes beneficia com informações precisas para a tomada de decisões; 57,14% justificam que após a utilização da contabilidade como ferramenta de apoio, houve uma redução considerável dos custos das atividades da propriedade; 14,29% afirmam que a assessoria contábil possibilitou um planejamento de atividades com base na lucratividade e 14,29% responderam que obtiveram outros benefícios após a implantação da mesma. Os dados podem ser visualizados na Tabela 12.

Tabela 12 – Benefícios obtidos após a implantação da assessoria contábil

COMPOSIÇÃO	QUANTIDADE	%
Maior controle dos custos de produção	10	71,43
Informações precisas para tomada de decisão	8	57,14
Possibilitou redução de custos	8	57,14
Possibilidade de planejamento com base na lucratividade	2	14,29
Outros	2	14,29
TOTAL	14	

Fonte: Dados da pesquisa

Dos entrevistados que não possuem assessoria contábil, 17,02% têm interesse em adotar uma assessoria contábil rural, porque acreditam nos benefícios que ela pode proporcionar, tais como o controle de custos, planejamento e gerenciamento das atividades, auxiliando na tomada de decisões, no momento dos investimentos, além de identificar o lucro de cada atividade

separadamente. 55,32% dos entrevistados que não possuem assessoria contábil disseram não ter interesse em adotar este tipo de serviço, alegando ser algo supérfluo, já que as propriedades são pequenas e isto, segundo eles, se tornaria um gasto a mais, desnecessário e sem retorno compatível. Outros 27,66% dos produtores preferiram não responder a questão, pois desconhecem os benefícios que a contabilidade pode proporcionar, não tendo condições de avaliar a relevância e a aplicabilidade da mesma em sua propriedade.

Tabela 13 – Interesse na adoção de assessoria contábil

COMPOSIÇÃO	QUANTIDADE	%
Não	52	55,32
Não responderam	26	27,66
Sim	16	17,02
TOTAL	94	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

Durante a pesquisa, questionou-se sobre como o produtor avalia o resultado de cada atividade da propriedade e se obteve as seguintes respostas: 54% anotam as despesas incorridas na produção e as confrontam com o valor das vendas; 30% dos produtores disseram ter um caixa geral da propriedade, sem separá-lo por atividade, afirmando conhecerem o total das suas obrigações e quanto possuem de dinheiro no caixa; 8% obtêm seus resultados através de uma assessoria contábil e outros 8% afirmam que não utilizam e nem efetuam controle.

Tabela 14 - Forma de avaliação das atividades econômicas na propriedade.

COMPOSIÇÃO	QUANTIDADE	%
Anotações das despesas incorridas x vendas	27	54,00
Assessoria contábil	4	8,00
Caixa geral da propriedade	15	30,00
Não possui nenhum controle	4	8,00
TOTAL	50	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

Considerando os dados acima, direcionaram-se os questionamentos para se obter informações a fim de conhecer de que forma o produtor avalia a viabilidade de um novo investimento na propriedade antes de solicitar crédito a uma instituição financeira, conforme pode ser observado na Tabela 15 a seguir.

Tabela 15 - Forma de avaliação para buscar um novo investimento em instituição financeira

COMPOSIÇÃO	QUANTIDADE	%
Estimativas de produção e rentabilidade	19	34,55
Condições favoráveis da atividade no período	12	21,82
Análise comparativa com outros produtores	8	14,55
Consulta profissional qualificado	8	14,55
Oportunidade de parceria com empresas do setor	6	10,91
Outras	2	3,64
TOTAL	55	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

Averiguou-se que 34,55% dos produtores avaliam a viabilidade através de cálculos e estimativas de produção e rentabilidade, tomando por base períodos de produção passados ou momentâneos; 21,82% efetuam uma avaliação em relação à atividade que está em alta, com perspectivas de crescimento no mercado e boa lucratividade através de condições favoráveis da atividade no período. 14,55% dos produtores comparam-se aos demais que se encontram em condições econômicas similares, buscando, assim, direcionar investimentos para algo que tenha boa lucratividade e seja estável.

Outros 14,55% consultam algum profissional qualificado na área para auxiliá-los na decisão, tais como contador, analista financeiro, técnico agrícola ou pecuário; 10,91% dos entrevistados responderam que buscam oportunidades de parcerias com empresas do setor a ser investido como, por exemplo, as cooperativas de produção, que beneficiam o crescimento da agroindústria e geram maior estabilidade e mercado para um novo investimento na propriedade; 3,64% responderam outras formas de avaliação de viabilidade.

Questionados se conhecem as linhas de crédito disponibilizadas pela instituição financeira ao setor rural. 50% dos produtores responderam conhecer a linha PRONAF; outros 27,94% disseram conhecer a categoria PROGER RURAL e 22,06% responderam que conhecem a linha de DEMAIS PRODUTORES, conforme dados da Tabela 16.

Tabela 16 - Linhas destinadas ao custeio agrícola conhecidas pelos produtores

COMPOSIÇÃO	QUANTIDADE
PRONAF	...
PROGER	...
DEMAIS PRODUTORES	...
TOTAL	...

Fonte: Dados da pesquisa

Essas três modalidades de crédito citadas na pesquisa são destinadas ao custeio agrícola das lavouras temporárias do município e, para ter acesso às mesmas, o agricultor necessita comprovar a posse do imóvel rural, podendo ser proprietário ou arrendatário. Deverá, também, apresentar projeto técnico elaborado por um profissional qualificado, como o engenheiro agrônomo, o qual

deve atender às exigências emitidas pelo Ministério da Agricultura, pelo zoneamento agrícola e outros.

No que se refere às modalidades de Investimento destinadas ao setor rural, buscou-se concentrar o questionário nas linhas de crédito da família BNDES disponibilizadas, também, pela cooperativa de crédito através de repasse do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Todas as linhas são consideradas de longo prazo, com juros reduzidos, cada qual com características distintas: prazo, taxas de juros, empreendimentos financiáveis, beneficiários e outros.

Dos entrevistados que responderam a pergunta, 36,76% disseram conhecer a linha PRONAF Investimentos, que possui uma lista extensa de itens financiáveis, destinadas ao fortalecimento do pequeno agricultor e da agricultura familiar. Destaca-se, nesta modalidade, que cerca de 98% das propriedades do município são consideradas pequenas e os proprietários possuem renda compatível para se enquadrarem neste programa, criado para o pequeno produtor rural e para o fortalecimento da agricultura familiar.

Outros 27,94% disseram conhecer a linha MODERFROTA, destinada a agricultores com renda bruta anual acima de R\$ 110.000,00, que podem financiar a frota de máquinas utilizadas na atividade rural, como tratores e implementos acopláveis e colhedeiças e suas plataformas, podendo estes ser novos ou usados; 20,59% disseram conhecer a linha MODERAGRO – Desenvolvimento, que beneficia as atividades de suinocultura e avicultura, as quais vêm mostrando um elevado grau de crescimento, impulsionado pela oferta de recursos de financiamento e por condições de parceria através da integração com empresas do setor.

A soma das outras nove linhas de crédito da família BNDES relacionadas no questionário obtiveram 14,70%, ou seja, poucos conhecem-nas, pois financiam itens não muito comuns para as atividades econômicas desenvolvidas na região. São elas: MODERAGRO – Solo, MODERAGRO – Leite, MODERAGRO – Defesa Animal, MODERAGRO - Fruta, MODERIN-FRA, PROPFLORA, PROLAPEC, L.E.F.A. e FINAME Agrícola. Conforme pode ser observado na Tabela 17.

Tabela 17- Linhas destinadas a investimentos rurais conhecidas pelos produtores

COMPOSIÇÃO	QUANTIDADE	%
MODERAGRO - Desenvolvimento	14	20,59
MODERFROTA	19	27,94
PRONAF INVESTIMENTO	25	36,76
Outras linhas de crédito da família BNDES	10	14,71
TOTAL	68	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto às demais linhas de crédito, constatou-se que são pouco conhecidas pelo fato de que em nosso município as atividades econômicas predominantes são a produção de grãos, leite, aves e suínos.

4.3 Análise dos resultados – questionário específico

De posse das respostas do questionário destinado à instituição financeira, neste primeiro momento ao Comitê de Crédito da Unidade de Atendimento, obteve-se as seguintes opiniões, que vêm a reforçar as idéias já expostas sobre o assunto.

Questionados sobre quais os principais tópicos que são observados para a avaliação da viabilidade do investimento na propriedade rural, os entrevistados responderam que são sempre levadas em consideração as características regionais para que se possa verificar a compatibilidade do investimento à região; a estrutura da propriedade a ser atendida, desde o tamanho até as instalações que ela possui; o retorno esperado sobre o investimento; capacidade de pagamento do tomador e a atual “saúde” financeira do produtor.

Outro aspecto observado é o cenário econômico da atividade a ser financiada, no qual a demanda regional, os preços e a logística são fatores que podem ou não proporcionar êxito ao investimento. Verifica-se, ainda, o número de pessoas que se beneficiam com o projeto e a mão-de-obra utilizada, já que esta muito pode influenciar na viabilidade do projeto.

Questionou-se, também, a forma que a instituição financeira avalia os riscos e a capacidade de pagamento do tomador do crédito. As respostas mostram que são analisados aspectos históricos do produtor na cooperativa, que vão desde o movimento em conta corrente até a análise de relatórios de tradição de pagamentos do associado nas operações de crédito contratadas anteriormente, quando for o caso. As consultas a órgãos restritivos como SERASA, SCPC e Central de Risco de Crédito do Banco Central do Brasil são dados básicos e indispensáveis a qualquer operação.

Verificou-se, também, que o produtor rural diversifica as atividades econômicas na sua propriedade. Com esta prática, o produtor se mune de receitas adicionais para cumprir com os seus compromissos, minimizando o risco do retorno do crédito, pois poderá haver algum tipo de frustração na atividade que o produtor financia e, possuindo outras culturas ou atividades paralelas, estas podem vir a compensar as perdas, garantindo a sua sustentabilidade e colaborar com os pagamentos dos empréstimos.

A garantia oferecida na operação também é um fator essencial para o deferimento de uma proposta de crédito, pois garante, à instituição financeira que o concede, o retorno do recurso alocado. Estas garantias podem ser reais ou fidejussórias, tais como hipoteca, penhor, aval ou fiador. Ressalta-se que as garantias não são constituídas para serem tomadas do agricultor. É preciso verificar a capacidade de pagamento, necessitando que esta se apresente positiva para evitar dissabores futuros.

Não obstante, questionou-se sobre a utilização de controles contábeis e financeiros pelo produtor rural nas suas atividades e se este fator pode ser considerado um ponto positivo na análise das solicitações de crédito rural. As respostas afirmam e reforçam a idéia de que isto é um ponto positivo e, muitas vezes, decisivo para o sucesso de um empreendimento.

“Todo recurso emprestado tem seu risco inerente, porém procura-se evitá-lo, já no momento da concessão do crédito, com uma boa análise da proposta do associado; mas se, após isso, o associado incorrer em problemas financeiros, com certeza, sendo o produtor idôneo, sempre haverá maneiras de contornar a situação através de renegociação”, destaca um dos analistas de crédito da instituição.

Quanto à utilização de controles contábeis por parte dos produtores rurais, esta prática é um fator importantíssimo na análise de crédito, pois quem a utiliza demonstra ter uma visão real da sua situação econômica e financeira, bem como obter um controle maior das suas atividades, reconhecendo melhor os seus limites e capacidade de pagamento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contabilidade configura-se como uma ferramenta fundamental no controle dos custos de produção e no fornecimento de informações precisas para a tomada de decisões e planejamento de atividades com base na lucratividade. Sendo assim, este trabalho, de natureza exploratória, teve por objetivo analisar a utilização da contabilidade por parte dos produtores rurais, que buscam, em instituições financeiras, recursos para investimentos na propriedade.

Concluiu-se, de acordo com os conceitos estudados e os dados coletados, que apenas 12,96% dos produtores entrevistados possuem assessoria contábil ou utilizam a contabilidade de alguma outra forma. Isto se deve ao fato de que 98% das propriedades do município serem classificadas como pequenas e, segundo os produtores entrevistados, a contratação de uma assessoria contábil se configuraria mais como um gasto sem retorno considerável que uma ferramenta na tomada de decisão.

Os produtores que utilizam a contabilidade destacaram que a mesma garante maior controle dos custos de produção, apresentando informações mais realistas para a tomada de decisões, bem como redução de custos ou gastos desnecessários através de um melhor planejamento das atividades com base na lucratividade. Não obstante, salienta-se que o produtor rural, aliado a uma prática contábil eficiente, irá dispor de um diagnóstico dos pontos fortes de suas atividades, já que a prosperidade de um empreendimento está intrinsecamente ligada a uma administração eficiente.

Diante do exposto, conclui-se que a administração e controle das atividades rurais se desenvolvem dentro de critérios tradicionais ou com um deficiente padrão de desempenho, pois é encontrada muita resistência por parte dos produtores rurais em adotar a contabilidade para administrar, controlar e planejar as atividades na propriedade. Mesmo sendo uma ferramenta

administrativa essencial, a contabilidade rural ainda é vista como uma técnica complexa em sua execução e com baixo retorno.

Por fim, ficou evidente que, para o fortalecimento do setor rural, é imprescindível a utilização de financiamentos a longo prazo com baixas taxas de juros para os investimentos nas propriedades, aumentando a renda e, conseqüentemente, fazendo com que o produtor permaneça no campo.

A contabilidade, neste aspecto, possibilita uma análise criteriosa da situação econômica e financeira no momento da obtenção de créditos nas instituições financeiras. A sua utilização, pelos produtores rurais, é de suma importância, visto ela possibilitar a visualização dos lucros ou prejuízos de cada atividade para que, assim, possam direcionar os investimentos às atividades que se apresentarem mais rentáveis e seguras.

Destaca-se que a contabilidade é de grande relevância à gestão, uma vez que gera informações importantes e eficazes sobre a atividade rural. Ela também fornece informações sobre condições de expansão de investimentos em determinadas áreas e sobre a necessidade de redução de custos ou despesas, além de revelar a necessidade da busca de recursos, configurando-se como uma ferramenta indispensável à tomada de decisão do empresário rural.

REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. Teoria e Prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BRASIL. **Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965**. Institucionaliza o Crédito Rural. Brasília – Df, 05 de nov. 1965. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4829.htm. Acesso em: 23/10/2007.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Rural**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade Gerencial**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2003

_____. DIAS, Reinaldo; TRALDI, Maria Cristina. **Monografia para os cursos de Administração, Contabilidade e Economia**. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NEPOMUCENO, Fernando. **Contabilidade rural e seus custos de produção**. São Paulo: IOB - Thomson, 2004.

PEREIRA, Lutero de Paiva. **A função social do crédito agrário**. Palestra publicada na Revista de Direito Agrário de nº 16. Disponível em: <http://>

www.abda.com.br/texto/palestras_revista/dluteropp16.htm. Acesso em 23/10/2007.

VALLE, Francisco. **Manual da Contabilidade Agrária: a produção agrária, a administração da empresa agrária, a contabilidade agrária**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

Recebido em: 07/06/2008

Aceito para publicação em: 03/12/2009